



## INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência

## ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - ACT

Processo nº 35014.110215/2021-04

Unidade Gestora: Diretoria de Benefícios.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO  
SOCIAL E O CENTRO DE TECNOLOGIA  
DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO, PARA OS FINS QUE  
ESPECIFICA.**

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, doravante denominado **INSS**, Autarquia Federal, vinculado ao Ministério da Economia, criado na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e reestruturado pelo Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, com sede no Setor de Autarquias Sul - SAUS, Quadra 2, Bloco "O", Brasília/DF, CEP 70070-946, CNPJ nº 29.979.036/0001-40, neste ato representado por seu Presidente, **LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES**, CPF nº 436.473.754-20, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.746, de 2019, e o **CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, Autarquia Estadual, vinculado à Secretaria de Estado da Casa Civil, doravante denominado **PRODERJ**, CNPJ nº 30.121.578/0001-67, com sede na Rua da Conceição, nº 69, 25º andar, Centro, CEP 20051-011, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por seu Presidente, **JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR**, CPF nº 021.755.857-78, no uso das atribuições que lhe confere os incisos III e VII do art. 6º do Anexo do Decreto Estadual nº 41.797, de 2 de abril de 2009, celebram este Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado **ACORDO**, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; do art. 331 e parágrafos do Decreto nº 3.048, de, de 6 de maio de 1999, bem como das demais normas pertinentes, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente ACORDO tem por objeto o acesso aos dados das bases geridas pelo INSS, necessários à análise, concessão, manutenção, revisão e verificações periódicas dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro no âmbito do Programa Supera Rio de enfrentamento e combate à crise econômica causada pelas medidas de contenção à pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus, instituído pela Lei Estadual nº 9.191, de 2 de março de 2021.

Parágrafo único. O PRODERJ promoverá a solução tecnológica e o gerenciamento dos dados fornecidos pelo INSS com a finalidade exclusiva de operacionalizar a execução do auxílio emergencial estadual, em conformidade com a previsão contida no art. 12 do Decreto Estadual nº 47.544, de 25 de março de 2021.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - ACESSO AOS DADOS**

Serão disponibilizados, por parte do INSS, dados oriundos do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, do Sistema de Benefícios - SISBEN e do Sistema Nacional de Registro Civil - SIRC, bem como de outro (s) cadastro (s) que vier (em) a substituí-lo (s).

## **CLÁUSULA TERCEIRA- NÍVEIS DE ACESSO AOS DADOS**

A disponibilização dos dados do CNIS, do SIRC e do SISBEN ocorrerá em nível restrito, apenas por meio de batimento de dados, sem disponibilização de acesso direto aos referidos sistemas.

## **CLÁUSULA QUARTA - FORMA DE ACESSO DOS DADOS**

O acesso aos dados do CNIS e do SISBEN será realizado por meio de batimento de dados, que consistirá em batimento previamente definido entre os dados contidos no CNIS e no SISBEN e as informações derivadas de outra (s) base (s) de dados, com a finalidade de qualificar, certificar ou complementar as informações contidas nos cadastros, cujo resultado do batimento abrangerá exclusivamente os seguintes dados:

I - solicitante possui:

- a) vínculo no Regime Geral de Previdência Social (S/N);
- b) registro ativo de Relação Anual de Informações Sociais- RAIS (S/N);
- c) vínculo formal de emprego (S/N); e
- d) vínculo ativo de seguro desemprego (S/N);

II - solicitante é:

- a) titular de benefício (previdenciário ou assistencial) mantido pelo INSS (S/N);
- b) instituidor de auxílio-reclusão (S/N);

III - o recolhimento da última contribuição do solicitante é compatível com salário superior a R\$ 1.501,00 (um mil e quinhentos e um reais) (S/N); e

IV - data de encerramento do último vínculo empregatício do solicitante.

Parágrafo único. O acesso aos dados do SIRC será realizado por meio de batimento de dados, que consistirá no batimento previamente definido entre os dados contidos no SIRC e as informações derivadas de outra (s) base (s) de dados, com a finalidade de qualificar, certificar ou complementar as informações contidas nos cadastros. O resultado do batimento abrangerá exclusivamente os seguintes dados:

I - solicitante possui registro de óbito vinculado ao seu CPF (S/N);

II - data de nascimento do solicitante no Sirc; e

III - data de óbito do solicitante no Sirc.

## CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

Caberá aos Partícipes acompanhar a execução deste ACORDO, promovendo todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento de seu objeto.

### § 1º Das Obrigações do INSS:

I - operacionalizar a execução do presente ACORDO, oferecendo suporte em relação às formas de acesso disponibilizadas, quando necessário; e

II - autorizar à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev a disponibilizar, mediante contrato específico, o acesso aos dados do CNIS e SISBEN, na modalidade prevista no **caput** da Cláusula Quarta, bem como o acesso aos dados do SIRC, na modalidade prevista no § 2º.

### § 2º Das obrigações do PRODERJ:

I - observar os critérios técnicos e de segurança que serão adotados para o acesso às informações contidas nos sistemas, conforme o nível de acesso disponibilizado;

II - utilizar as informações que lhes forem disponibilizadas por meio deste ACORDO exclusivamente nas atividades que lhe compete exercer e para o objetivo previsto na Cláusula Primeira;

III - exigir do solicitante do benefício emergencial do Programa Supera Rio anuência prévia e expressa para acesso aos dados pessoais descritos na Cláusula Quarta;

IV - manter sigilo relativo sobre os dados recebidos em decorrência da execução do objeto deste ACORDO, nos termos do art. 48 do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, solicitando a anuência do INSS antes de divulgar a celebração e os atos e eventos decorrentes de sua execução;

V - realizar controle de preenchimento e assinatura dos Termos de Compromisso de Manutenção de Sigilo – TCMS dos usuários que atuarão no tratamento dos dados, nos moldes do Anexo, a fim de resguardar o sigilo e a pertinência do objeto, e enviá-los, sempre que requisitados, ao INSS;

VI - indicar a área gestora que ficará responsável pelas tratativas e adoção de medidas necessárias à operacionalização do presente ACORDO;

VII - a autorização de acesso aos dados disponibilizados pelo INSS somente poderá ser concedida aos servidores do respectivo órgão, sendo vedada a disponibilização de acesso a estagiários, terceirizados ou a qualquer pessoa não investida legalmente em cargo público; e

VIII - firmar contrato específico com a empresa de tecnologia indicada pelo INSS, para o acesso aos dados do CNIS e SISBEN, nas modalidade prevista no **caput** da Cláusula Quarta, bem como o acesso aos dados do SIRC, na modalidade prevista no parágrafo único da mesma Cláusula.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA SEGURANÇA E DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

O fornecimento de informações sigilosas ou pessoais, definidas no incisos III e IV do art. 4º da Lei nº 12.527, de 2011, deverá ser feito em observância às restrições e procedimentos previstos na referida lei e sua regulamentação.

§ 1º Os partícipes se comprometem a guardar sigilo dos dados e informações colocados à sua disposição, na forma imposta pela legislação pertinente, em especial pelos arts. 48 e 49 do Decreto nº 7.845, de 2012, e, no que couber, pela Lei nº 12.527, de 2011, e a utilizá-los somente nas atividades que lhes compete exercer, nos termos da lei e de sua regulamentação interna, e no exclusivo interesse do cumprimento de suas atribuições legais e constitucionais.

§ 2º A quebra do sigilo das informações disponibilizadas por meio deste ACORDO fora das hipóteses aqui expressamente autorizadas, sujeitará o infrator às sanções penais, cíveis e administrativas previstas na legislação pertinente.

§ 3º A assinatura do presente instrumento implica na anuência do PRODERJ em atender todos os requisitos de segurança estabelecidos pela Resolução nº 4, de 28 de maio de 2019, do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Registro Civil.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E CAUSAS DE EXCLUSÃO**

Cada Partícipe será responsável pelos atos praticados pelos agentes públicos que houverem indicado durante a execução do presente ACORDO e responderão pelos atos que ensejarem indenizações de qualquer natureza.

§ 1º O agente público que tiver acesso aos dados da Previdência Social e divulgá-los ou permitir acesso indevido aos respectivos dados, será responsabilizado, nos termos dos arts. 32 e 33 da Lei nº 12.527, de 2011, sem prejuízo das responsabilidades civis, penais e administrativas previstas na legislação pertinente.

§ 2º As áreas técnicas competentes do INSS cessarão imediatamente, sob pena de responsabilização funcional, o acesso de usuários aos sistemas geridos pelo instituto nas seguintes situações:

I - tão logo expirada a vigência ou quando ocorrer qualquer forma de extinção do presente ACORDO; e

II - sempre que, durante o prazo de vigência, um usuário cadastrado para acesso estiver envolvido em inquérito penal ou em processo administrativo disciplinar decorrente de infrações cometidas no exercício das atribuições do cargo.

§ 3º O INSS não se responsabiliza pela ausência de informações:

I - por informações incompletas e por registros falsos nas suas bases de dados quando tais informações e registros se fundamentarem em declarações prestadas por terceiros; e

II - de óbitos, por informações incompletas e por registros falsos na base de dados do SIRC, ocorridas em função do não cumprimento por parte dos Cartórios de Registro Civil, das disposições contidas no art. 68 da Lei nº 8.212, de 1991.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS DESPESAS E DAS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS**

Este ACORDO não acarretará transferência de recursos financeiros entre os partícipes e haverá cobrança de taxas e emolumentos pelas informações cedidas em razão de sua execução.

Parágrafo único. Cada Partícipe arcará com os custos de operacionalização do acesso aos dados que pretende obter, mediante celebração de instrumentos específicos para este fim, se for o caso.

## **CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO, DA FISCALIZAÇÃO, DAS COMUNICAÇÕES E DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIA**

Aos gestores designados pelos Partícipes, cabe acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente ACORDO.

§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade de um partícipe perante o outro ou para com terceiros pelos atos causados pelos seus servidores, empregados ou prepostos, o objeto deste ACORDO estará sujeito à mais ampla e irrestrita fiscalização por representantes dos acordantes, especialmente designados para tanto.

§ 2º Durante o período de vigência deste ACORDO, os Partícipes promoverão, periodicamente, o monitoramento do compromisso firmado, realizando o acompanhamento e a fiscalização, com a finalidade de disciplinar e propor ajustes na forma de execução do mesmo, e por parte do INSS, caberá à equipe de Benefícios, no âmbito de suas atribuições e considerando os normativos internos, operacionalizar o previsto nesta Cláusula.

§ 3º As comunicações relativas ao presente ACORDO serão consideradas como realizadas regularmente se entregues por ofício ou correio eletrônico, e as dirigidas ao:

I - INSS, deverão ser encaminhadas ao seguinte endereço: Quadra 2, Bloco "O", 8º andar, Diretoria de Benefícios – DIRBEN, Brasília/DF, e-mail: [dirben@inss.gov.br](mailto:dirben@inss.gov.br); e

II - ao PRODERJ, deverão ser encaminhadas ao seguinte endereço: Rua da Conceição, nº 69, 25º andar, Centro, CEP 20051-011, Rio de Janeiro – RJ, e-mail: [presidencia@proderj.rj.gov.br](mailto:presidencia@proderj.rj.gov.br).

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA RESCISÃO**

Este ACORDO poderá ser alterado a qualquer tempo e de comum acordo, inclusive para incluir cláusula de segurança, nos termos do art. 48 do Decreto nº 7.845, de 2012, mediante termo aditivo, desde que haja justificativa para tanto e não implique em modificação do objeto previamente definido.

§ 1º A execução deste ACORDO poderá ser suspensa pelos partícipes, de comum acordo, caso ocorra fato que prejudique a sua operacionalização, pelo prazo necessário à solução do problema.

§ 2º Este ACORDO poderá ser:

I - rescindido por denúncia total e expressa de qualquer dos partícipes, formulada com 30 (trinta) dias de antecedência, ou por acordo entre as Partes, reduzido a termo, não obstante o cumprimento dos compromissos já assumidos por ambos os Partícipes até a data da rescisão, ou quando descumpridas quaisquer de suas cláusulas, devendo, nesta hipótese, notificar-se a parte que deu causa ao descumprimento, por escrito, para defesa;

II - denunciado, total ou parcialmente, de forma expressa, por qualquer de seus Partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

III - resiliado pelos Partícipes a qualquer tempo, não obstante o cumprimento dos compromissos já assumidos pelos partícipes até a data da rescisão; e

IV - resolvido por força de norma que o torne inexecutável ou quando houver o descumprimento de qualquer de suas cláusulas, devendo, nesta hipótese, ser notificada, por escrito, para defesa, a Parte que deu causa ao descumprimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Aplicam-se à execução deste Acordo as seguintes legislações: Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 12.527, de 2011; Lei nº 13.709, de 2018; Decreto nº 7.845, de 2012; Lei nº 8.213, de 1991; e o Decreto nº 3.048, de 1999. Além disso, os preceitos de direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O presente ACORDO entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU, pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado, em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização das autoridades superiores, por uma única vez e pelo período de 12 (doze) meses, mediante Termo Aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

Este ACORDO será publicado, pelo INSS, na forma de extrato, no DOU, no prazo e na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONTROVÉRSIAS E DO FORO**

Eventuais controvérsias na aplicação deste ACORDO não dirimidas administrativamente deverão ser submetidas à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, e do inciso III do art. 18 do Anexo I do Decreto nº 10.608, de 25 de janeiro de 2021.

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal no Distrito Federal para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste ACORDO que não tenham sido solucionadas mediante conciliação.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições fixadas, firmam o presente ACORDO, eletronicamente na cidade de Brasília.

**LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES**

Presidente do INSS

**JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR**

Presidente do PRODERJ



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO JOSE ROLIM GUIMARAES, Presidente**, em 25/06/2021, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MAURO DE FARIAS JUNIOR, Usuário Externo**, em 29/06/2021, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4052808** e o código CRC **B37DC2B9**.

**ANEXO****INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL****CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome), \_\_\_\_\_ (cargo, função/setor onde trabalha), natural de \_\_\_\_\_ (naturalidade), CPF nº \_\_\_\_\_ (nº CPF), RG nº \_\_\_\_\_ (nº RG), expedido por \_\_\_\_\_ (órgão expedidor do RG), em \_\_\_\_\_ (data de expedição do RG), filho (a) de \_\_\_\_\_ (Nome do Pai) e \_\_\_\_\_ (Nome da Mãe), residente e domiciliado em \_\_\_\_\_ (Endereço), declaro ter ciência inequívoca da habilitação que me foi conferida para manuseio dos dados constantes dos sistemas CNIS, SISBEN e SIRC e da legislação sobre o tratamento de informação classificada cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, e me comprometo a guardar os sigilos necessários, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e das normatizações ou regulamentações específicas acerca de sigilos e proteção de dados, inclusive pessoais, incidentes, conforme o caso, e a:

a) manusear a (s) base (s) de dados apenas por necessidade de serviço, ou em caso de determinação expressa, desde que legal, de superior hierárquico;

b) tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pelo INSS e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;

c) preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;



d) não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito;

e) não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo:

(i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; e

(ii) informações relativas aos materiais de acesso restrito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, salvo autorização da autoridade competente;

f) manter a absoluta cautela quando da exibição de dados em tela, impressora, ou, ainda, na gravação em meios eletrônicos, a fim de evitar que deles venham a tomar ciência pessoas não autorizadas;

g) utilizar a (s) base (s) de dados estritamente conforme descrito e definido no documento Permissão de Acesso à Base de Dados; e

h) manter sigilo dos dados ou informações sigilosas obtidas por força de minhas atribuições, abstendo-me de revelá-los ou divulgá-los, sob pena de incorrer nas sanções civis e penais decorrentes de eventual divulgação.

Em sendo gestor de acesso ao Sistema CNIS e aos dados do SISOB, me comprometo, ainda, a colher a assinatura e manter a guarda do TCMSs dos usuários a quem eu compartilhar o acesso e apresentá-lo ao INSS, em caso de requisição.

[município] (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura**

**Testemunhas:**

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_